

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****4ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1002777-04.2014.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Embargos À Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução**  
 Embargante: **UNIDAS COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA e outros**  
 Embargado: **BANCO SAFRA S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Alex Ricardo dos Santos Tavares**

Os embargantes Unidas Comércio Importação e Exportação Ltda., Danielle Caurin Diedrich e Daniel Diedrich opuseram os presentes embargos à execução que lhes promove o embargado Banco Safra SA, alegando, em síntese, ausência de título líquido, certo e exigível diante da inconstitucionalidade da Lei 10.931/2004, que os juros são excessivos, que há a capitalização de juros, que há cumulação indevida de comissão de permanência com outros encargos moratórios. Sustentam que a mora se encontra descaracterizada. Requerem a revisão do contrato e a declaração de nulidade de cláusulas contratuais impositivas de prestações desproporcionais que geram desequilíbrio contratual e excessiva onerosidade.

Os embargos não foram recebidos no efeito suspensivo (folhas 86).

O embargado, em impugnação de folhas 138/158, suscita preliminar de litispendência. Pede a rejeição dos embargos, porque a cédula de crédito bancário é título líquido, certo e exigível, devendo-se aplicar o princípio *pacta sunt servanda*, já que não há qualquer irregularidade a ser declarada.

Decisão de folhas 119/120 determinou ao embargado que comprove a litispendência.

Em manifestação de folhas 121, o embargado apresenta cópia da petição inicial do processo de embargos à execução que recebeu o nº 1003478-62.2014 (folhas 122/154).

Não houve réplica aos embargos (folhas 155).



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Relatei. Decido.

O feito merece ser extinto pois está acobertado pelo manto da coisa julgada.

O embargado instruiu os presentes embargos com cópia da petição inicial dos embargos à execução que os embargantes opuseram e que recebeu o nº 1003478-62.2014 (folhas 122/154). Pela simples leitura da inicial se constata que se tratam das mesmas partes, mesmo pedido e causa de pedir, com origem na mesma cédula de crédito bancário.

Naqueles embargos já houve julgamento de mérito, cujo trânsito em julgado se deu em 29/01/2015, conforme consulta efetuada nesta data junto ao SAJ.

Todavia, não reputo os embargantes como litigantes de má-fé, posto que não caracterizadas quaisquer das hipóteses do artigo 17 do Código de Processo Civil.

Assim, de rigor a extinção do processo, sem resolução do mérito, nos termos do artigo 267, V, do Código de Processo Civil, acolhendo a alegação de coisa julgada.

Sucumbentes, condeno os embargantes no pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, esses fixados em 10% do valor atribuído à causa, ante a ausência de complexidade, com atualização monetária desde o ajuizamento dos embargos e juros de mora a contar do trânsito em julgado. Oportunamente, arquivem-se os autos. P.R.I.C. São Carlos, 14 de julho de 2015. **Juiz Alex Ricardo dos Santos Tavares.**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**